

Os Índios na História do Brasil Republicano: o território étnico-indígena Paresí e o território indigenista Utiarity

Heitor Velasco Fernandes Guimarães*

Nas décadas iniciais do período republicano do Brasil a região geográfica que abrangia o estado do Mato Grosso possuía dimensões territoriais bastante amplas, bem maiores daquelas de hoje. As vastas porções de terra que constituíam o estado foram objeto de interesse político do estado nacional recém-tornado república. Os habitantes indígenas de Mato Grosso, em sua diversidade cultural e social, também se tornaram objeto de preocupação administrativa do governo federal por questões bastante específicas de interesse de Estado.

O Brasil enquanto república constituía uma situação histórica nova e com o novo modelo de governo surgiam novas propostas e projetos de integração das terras e populações que constituíam, respectivamente, o território e a sociedade nacional. Devemos compreender o estado nacional como uma forma de organização específica onde a idéia de território ocupa um lugar fundamental.

Por território, tomo a definição de Michel Foucault como orientadora das reflexões presentes neste estudo. Para este autor, território é tanto uma noção geográfica quanto uma noção jurídico-política: “(...) aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”¹.

O estado nacional pode ser compreendido como um tipo de poder constituído e segundo Montserrat Guibernau, é “um fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de estado que possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado(...)”². A autora prossegue em sua definição:

(...) [o estado nacional] procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem, e às vezes, inventando-as. As principais diferenças entre uma nação e um estado nacional, quando estes não coincidem (como quase sempre acontece), são que, enquanto os membros de uma nação têm consciência de formar uma comunidade, o estado nacional procura criar uma nação e desenvolver um senso de comunidade dela

* Graduado em História pela PUC-Rio em 2008 (licenciatura e bacharelado). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura PUC-Rio. Bolsista FAPERJ. h-velasco@hotmail.com
Este texto é uma versão reduzida do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado.

¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 157 (25ª edição, 2008)

² GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 56.

proveniente. Enquanto a nação compartilha uma mesma cultura, valores e símbolos, o estado nacional tem como objetivo a criação de uma cultura, símbolos e valores comuns.³

Princípios e valores republicanos procuravam promover a articulação entre a idéia de estado e a idéia de nação no Brasil de uma maneira específica, utilizando-se da idéia de território. Em tal época histórica o Estado buscava consolidar-se enquanto nação sob o signo da república e não mais sob símbolos imperiais: a produção de novos símbolos que representassem o novo regime político – como o mapa, a bandeira e o hino nacional – tornou-se tarefa estatal estratégica a fim de exercer influência política e cultural sobre o imaginário de seus governados⁴.

O mapa geográfico do Brasil – assim como o hino e a bandeira – detinha um grande valor simbólico. Os novos mapas a serem criados deveriam funcionar como símbolos da integração territorial da república. O (re)desenho cartográfico dos mapas oficiais a partir da incorporação de novos territórios regionais poderia criar um senso de comunidade que fortaleceria a articulação do Estado com a nação.

O governo do Rio de Janeiro passava a ver como necessária a criação de frentes de expansão para incorporar territórios que seriam do estado nacional, mas não o acompanhavam dentro do modelo considerado ideal. A República dos Estados Unidos do Brasil tinha como principal referência o modelo norte-americano de república, como o nome já denuncia. Este modelo era defendido pela vitoriosa corrente liberal que dirigia os rumos políticos do país nos primórdios da construção da república brasileira⁵.

Uma das implicações da idéia de “estados unidos” se configurava na idéia de “territórios unidos”. Do ponto de vista estatal, através da formulação de um projeto integrativo entre territórios dispersos pelo espaço geográfico do país, o ideal de um território nacional poderia se consolidar. A desejada união territorial que daria forma à unidade brasileira se configuraria através da formação de frentes de expansão. Buscar-se-ia, através destes projetos, impor e implementar um caráter e uma feição nacional à

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Ver CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (17ª reimpressão, 2007).

⁵ Sobre os diferentes modelos para a república e as correntes políticas em disputa ver obra citada de José Murilo de Carvalho. Não posso deixar de sublinhar a configuração de uma situação histórico-política bastante peculiar: a corrente positivista, que não possuía a mesma visão de república propugnada pelos liberais, defensores que eram do modelo republicano francês, encabeçaria o projeto de integração territorial. Duas concepções de república coexistiriam e seriam aplicadas em nome do Estado simultaneamente.

espaços e grupos humanos contidos em regiões que administrativamente pertenciam ao Estado.

Motivados por ideários republicanos – imaginários, idéias e símbolos específicos – agentes histórico-sociais representantes do estado nacional integrariam equipes responsáveis pela expansão da influência do governo federal sobre espaços geográficos distantes do centro político-administrativo do país. Uma intervenção não somente caracterizada por uma dimensão política, mas também por uma dimensão cultural.

Buscando interligar tais regiões com o Rio de Janeiro – capital federal e sede da República – para fins de uma melhor administração do território nacional, organizar-se-iam grupos de expedições que empreenderiam a construção de novas linhas telegráficas que dariam forma a um sistema de comunicação estatal mais eficiente.

Como parte de um mesmo processo, a construção de uma infra-estrutura que viabilizasse o funcionamento adequado de um sistema de comunicações interestaduais ocorria por meio da ocupação física dos territórios, o que dava origem a processos de colonização e povoamento. Colonizar e povoar, por sua vez, respondiam a objetivos políticos do Estado que diziam respeito àquele contexto histórico específico.

A ocorrência da Guerra do Paraguai (1865-1870) fez emergir no Estado imperial brasileiro uma consciência da necessidade de realizar a proteção das fronteiras do país. O Estado republicano daria prosseguimento a esta idéia: povoar e colonizar as fronteiras foram as formas encontradas para protegê-las. O fortalecimento do estado nacional consistia também na consolidação de suas fronteiras territoriais.

Vislumbramos aqui o encontro entre diferentes formas de consolidação do ideal do estado nacional: o desenvolvimento de um sistema de comunicações, a aplicação de projetos de colonização e povoamento e a necessidade de proteger as fronteiras constituíam o mesmo projeto de integração territorial pretendido pelo Estado republicano⁶.

As comissões construtoras de linhas telegráficas atuantes na região do Mato Grosso promoveriam profundas transformações na organização social e territorial do estado nas três décadas iniciais do período republicano, num espaço de tempo

⁶ Vale citar novamente Montserrat Guibernau: “Em todo o processo de formação de estado nacional, o poder do estado desempenha um papel fundamental. É principalmente por meio do poder do estado que os territórios se unem através da anexação ou da conquista. O poder do estado também é fundamental para uma definição do estado moderno tanto por intermédio de suas claras fronteiras quanto por sua capacidade de mantê-las com o monopólio da violência. Este é exercido dentro das fronteiras do estado nacional, mas a violência é um meio de defender os interesses de um estado nacional contra os dos demais.” Ver GUIBERNAU, Montserrat. op. cit. p.67.

compreendido entre os anos de 1890 e 1915. A “Comissão Gomes Carneiro” iniciou a aplicação do projeto estatal para a unidade federativa, durante a década final do século XIX (1890-1898)⁷. As duas primeiras décadas do século XX seriam marcadas pela atuação das “Comissões Rondon” em espaços regionais distintos.

No período de 1900-1906, o Estado brasileiro através da 1ª Comissão Rondon – a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso - interviu na zona sudoeste do estado. Entre 1907-1915, a 2ª Comissão Rondon – a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas - agiu sobre a zona noroeste do estado.

Apesar das distinções feitas, as três comissões podem ser entendidas como etapas segmentadas de um projeto estatal de longo prazo. No entanto, para compreendermos o processo histórico de surgimento, composição e ação das Comissões constituindo-se no tempo, podemos pensar que as condições políticas que viabilizavam a organização da comissão seguinte eram criadas pelo alcance das metas planejadas pela precedente.

As comissões telegráficas atuantes no Mato Grosso são aqui interpretadas como frentes de expansão do Estado republicano. Os agentes sociais que compunham tais frentes seriam responsáveis por dar início a um processo de territorialização a que seriam submetidos o espaço geográfico e seus habitantes indígenas.

É conveniente dizer que ao conceito de territorialização podemos atribuir múltiplos sentidos e significados; ele possui grande flexibilidade, o que o possibilita de ser pensado no caso a caso, adquirindo assim formas variadas de definição a partir da situação estudada. Sendo este conceito passível de múltiplas definições, ele deve ser explicitamente definido a partir de cada caso analisado, cada documento trabalhado, podendo ser aplicado de diferentes maneiras.

Preliminarmente devemos compreender o conceito de territorialização enquanto um processo político e cultural de transformação de territórios étnico-indígenas⁸ em

⁷ O Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, em 1890, chefou a expedição que compunha a Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. Do início da expedição até o seu término em 1898, Cândido Rondon participou ativamente desta comissão, atuando primeiramente enquanto engenheiro auxiliar na construção da linha telegráfica e depois enquanto chefe de Distrito Telegráfico. A política de não-agressão aos índios iniciada por Gomes Carneiro exerceria grande influência ao longo de toda a carreira indigenista de Rondon. Ver LASMAR, Denise Portugal. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890- 1938**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

⁸ A idéia de “territórios étnicos” deve ser entendida enquanto uma construção intelectual-científica que designa espaços territoriais definidos pelos próprios grupos indígenas, portanto, distintos dos territórios locais forjados e delimitados pelo Estado.

territórios estatais-indigenistas⁹. Detendo-me prioritariamente na parte noroeste do estado – portanto, na zona de atuação da 2ª Comissão Rondon - inicio a análise de um documento representativo da época:

Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas-Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra pelo Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão- 1º volume- Estudos e Reconhecimentos.¹⁰

Esta é a folha de rosto do primeiro volume do relatório redigido pelo coronel Cândido Rondon, em 1910, sobre a conclusão da primeira etapa de construção das linhas telegráficas que interligariam o Mato Grosso e o Amazonas ampliando o sistema de comunicação estatal. Trata-se de uma obra de mais de 350 páginas que relata os processos e os resultados dos trabalhos desenvolvidos por uma equipe enorme de profissionais militares e civis, comandada por um coronel do Exército, que vinha atuando há mais de três anos na zona geográfica correspondente ao noroeste de Mato Grosso e sudoeste do Amazonas.

Esta Comissão Rondon¹¹ tinha o objetivo de corresponder às expectativas de um planejamento estatal de conquista, criação e controle de territórios para fins de ampliação do poder governamental. Tinha por finalidade penetrar em áreas mal governadas pelo Estado – onde este exercia pouca influência política e cultural -, estudando-as para reconhecer suas características topográficas, hidrográficas, geológicas, mineralógicas, climáticas, botânicas, zoológicas e etnográficas.

Reconhecendo-as para conquistá-las; conquistando-as para dominá-las; dominando-as para governá-las. Não é por acaso que o primeiro volume do relatório é intitulado “Estudos e Reconhecimentos”: os agentes sociais militares em questão compreendiam suas ações nestes termos e estes detinham em si um sentido de domínio de um saber geográfico sobre a região.

⁹ Esta é uma construção interpretativa dos historiadores, visto que o termo “indigenista” não corresponde à maneira pela qual os agentes estatais compreendiam suas ações na época. Estou aqui me referindo também a uma forma de atuação indigenista específica: o indigenismo de Estado. Este tipo se diferencia do indigenismo missionário praticado por instituições religiosas. Sobre as origens do termo “indigenismo” ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

¹⁰ RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Relatório. 1º volume. Estudos e Reconhecimentos**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d.

¹¹ A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas era subordinada a Divisão Geral de Engenharia (DGE) do Ministério da Guerra. A complexidade da constituição da Comissão – o fato de ser composta por profissionais civis e militares - deriva do fato dela ser também subordinada à Repartição Geral dos Telégrafos (RGT) que por sua vez era um órgão subordinado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Isto explica o fato dos relatórios de Rondon sobre os trabalhos da Comissão telegráfica serem dirigidos tanto à DGE quanto à RGT.

No que diz respeito à constituição de um saber geográfico pela Comissão Rondon e como este se vincula a questões políticas, administrativas e militares, julgo oportuno citar um trecho da entrevista de um geógrafo francês com Michel Foucault que deu origem ao capítulo intitulado “Sobre a Geografia” que compõe a obra “Microfísica do Poder”:

Heródote: O que se deve enfatizar a respeito de certas metáforas espaciais, é que elas são tanto geográficas quanto estratégicas, e isso é muito normal visto que a geografia se desenvolveu à sombra do exército. Entre o discurso geográfico e o discurso estratégico, pode-se observar uma circulação de noções: a região dos geógrafos é a mesma que a região militar (de *regere*, comandar) e província o mesmo que território vencido (de *vincere*). O campo remete ao campo de batalha...

Michel Foucault: Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discurso...¹²

Os termos “desbravar” e “conquistar” também estão nos registros documentais e remetem à atuação das expedições que compunham à Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA). O período inicial de ação desta Comissão antecede no tempo a fundação da primeira agência oficial criada pelo Estado republicano para intervir politicamente sobre populações indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), o que nos remete, portanto, a um período anterior à existência de postos indígenas.

Chamo atenção para o fato dos termos desbravamento e conquista serem nitidamente de caráter militar e a manutenção de seu uso aqui visa expor que coubera a um determinado destacamento militar- uma equipe de profissionais selecionados dentre os expedicionários da Comissão - a tarefa de levar a cabo a construção de estações telegráficas naquela área reconhecida como “dominada” por grupos indígenas Paresí¹³.

¹² FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 158.

¹³ O etnônimo Paresí é atualmente a convenção adotada pelos antropólogos para se referirem aos indígenas desta etnia. Na época histórica estudada era através da denominação Parecis que os agentes do Estado se referiam ao grupo étnico: um etnônimo construído e atribuído por agentes externos. Todavia não podemos deixar de atentar para a auto-denominação dos grupos indígenas desta etnia, que se auto-referiam como Haliú ou Arití no período histórico em questão. Ver MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxinití, grupos Paresí.** Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994.

O objeto de estudo aqui construído, o Território Indigenista Utiarity¹⁴, se enquadra como um dos espaços geográficos estudados, reconhecidos e territorializados pelo Estado: desbravado e conquistado em 1907, tornado território indigenista a partir da fundação da estação telegráfica na localidade em 1909 e fortalecido enquanto território estatal após a fundação de um posto indígena na região no período pós-1911.

O espaço geográfico tornado território indigenista, aqui não se refere a uma ação jurídica. Refere-se à intervenção governamental configurada na instalação de uma estação telegráfica em território indígena na medida em que a estação representava uma unidade administrativa estatal. Talvez não seja prudente referir-se a terras habitadas por índios como territórios, pois grande parte destas não era legalizada ou legitimada juridicamente falando.

No entanto, os próprios agentes militares da Comissão Rondon na época referiam-se às terras ocupadas por índios como territórios. À medida que instalavam-se entre os índios através da construção de estações telegráficas passavam a incorporar aquele território local ao território nacional. A partir do ato de fundação da estação tomavam a iniciativa de recorrer às instâncias jurídicas e as autoridades legislativas do Mato Grosso a fim de legitimar juridicamente os terrenos recém-ocupados. Desta maneira podemos compreender a Comissão Telegráfica como um órgão indigenista, pois uma de suas finalidades era transformar territórios indígenas em territórios estatais.

A esta altura deve ser dito que a idéia de “território” é uma construção que não dizia respeito às próprias comunidades indígenas. A idéia de pertencimento a um lugar fixo não fazia parte das concepções dos grupos históricos Paresí. Sendo a noção de “território” estranha aos índios, não eram nestes termos que compreendiam as terras que habitavam.

Contudo, ao se referirem aos terrenos habitados por grupos indígenas, os agentes do governo os classificavam com termos tais como “territórios” e “domínios”. É necessário que tomemos ciência da maneira pela qual os agentes indigenistas categorizavam as terras ocupadas por populações indígenas para que adquiramos consciência de que a visão dos índios sobre as terras que ocupavam era formada sob outros conceitos. Conceitos indígenas.

¹⁴ Cabe explicar a escolha do historiador em utilizar a denominação Utiarity. Tal opção foi feita para ressaltar a dimensão da historicidade dos acontecimentos, pois era assim que os agentes sociais da época se referiam à região. Nos dias atuais se utiliza a denominação Utiariti.

As sociedades indígenas construía em seus próprios parâmetros culturais e de percepção geográfica as marcas referenciais que estabeleciam os limites de suas territorialidades em relação às terras ocupadas por indígenas de outras etnias: os Paresí respeitavam os limites de seu território étnico a fim de evitar o confronto com grupos da etnia Nambikwara, com os quais mantinham acesas rivalidades e relações sociais de guerra.

A Estação Telegráfica Utiarity foi fundada pela Comissão de Linhas Telegráficas em 21 de abril de 1909, portanto, também antecede no tempo a criação do SPILTN – órgão criado em 20 de junho de 1910 – e a criação do conceito de posto indígena, que sempre esteve vinculado à existência do órgão indigenista oficial do Estado republicano.

O processo de colonização e povoamento da região que viria a ser chamada Utiarity teve seu início nos trabalhos realizados pela CLTEGMA, incluídos aí as tarefas de atração e, por vezes, a tarefa de “pacificação” dos grupos indígenas locais. Atrair e pacificar índios eram tarefas fundamentais inerentes às políticas de colonização aplicadas pelo estado nacional em Mato Grosso.

Sabia-se que esta região era tradicionalmente ocupada por grupos indígenas da etnia Paresí, tendo sido (re)batizada por Rondon como Utiarity, palavra da língua indígena falada por este grupo étnico. Antes da intervenção nas terras indígenas, no intuito de planejá-la e dirigí-la melhor, o coronel Rondon já havia realizado um levantamento bibliográfico de relatos sobre contatos estabelecidos com as etnias locais em outros períodos históricos. O estadista Rondon já detinha um saber sobre os Paresí antes de se instalar entre eles¹⁵.

É fundamental mencionarmos também a atuação de antropólogos junto às comissões telegráficas: estes contribuía para o exercício do poder e da administração sobre os índios na medida em que eram responsáveis pela construção e acumulação de um saber etnológico-científico.¹⁶

¹⁵ “Quando encontrou-se com os Paresí, no início do século, Rondon não os ‘descobriu’ propriamente. Como um intelectual, ele já conhecia as principais publicações disponíveis no Brasil e no exterior sobre esses índios. Já tinha lido (e citou nos seus relatórios) as memórias de Pires de Campos (1862), de Bartolomé Bossi (1863) e de Nicolau Badariotti (1898), além dos trabalhos etnográficos de Karl Von den Steinen (1887). Durante os anos de convivência mais estreita com os índios, trabalharam entre os Paresí das estações os etnólogos Max Schmidt e os brasileiros Barbosa de Faria e Roquette-Pinto, do Museu Nacional (RJ).” Ver MACHADO, op. cit., p.133.

¹⁶ Não podemos deixar de atentar para o fato de que a Comissão possuía propósitos militares e científicos: esta era composta estrategicamente por equipes de profissionais responsáveis pela coleta de espécies da flora e da fauna para posterior estudo, pelo levantamento topográfico e geológico da região, pela identificação e localização de rios para a confecção de cartas geográficas atualizadas, como também pelo

O cientista social José Mauro Gagliardi descreve o processo inicial de “desbravamento” e ocupação das terras indígenas Paresí:

No dia 2 de setembro de 1907, a terceira seção, comandada por Rondon, partiu da Vila de Diamantino em direção ao misterioso Rio Juruena. (...) Alguns dias depois, a expedição atingiu a serra dos Parecis. Nessa região foram visitadas diversas aldeias de índios Pareci. No final de setembro, Rondon chegou à Aldeia Queimada, onde era esperado por um grupo de índios Pareci, chefiado por Toloiri, que viera especialmente para conhecê-lo atraído pela notícia de que Rondon era amigo e protetor dos índios. No início de outubro, Rondon fez o levantamento de um salto [queda d'água] existente no rio Saueru-Iná – Papagaio -, o qual denominou Utiariti, nome de um gavião importante na cultura Pareci.¹⁷

Pelo texto do autor percebemos que o reconhecimento das terras a serem colonizadas passa pelo estabelecimento de contatos com os grupos indígenas locais. Estes contatos podem ser compreendidos, se levarmos em conta a visão tecnocientificista dos agentes estatais envolvidos no empreendimento colonizador, como um mapeamento etnográfico da região.

Simultaneamente reconhecendo e fazendo-se reconhecer pelos índios Paresí, Cândido Rondon, aplicando as técnicas estratégicas de um saber sertanista¹⁸, passa a atribuir denominações próprias a determinados lugares que já tinham nomes estabelecidos, atribuídos pelos próprios indígenas que habitavam aquele espaço¹⁹.

Segundo Pierre Bourdieu os atos de nomear, categorizar e classificar devem ser entendidos como mecanismos de dominação política e simbólica:

A *regio* [origem etimológica da palavra região] e as suas fronteiras (*finis*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *finis*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. Este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, produz a

mapeamento etnográfico da região. Para realizar este mapeamento, etnólogos eram convidados a integrar as equipes da comissão telegráfica. Os aspectos militares do processo de constituição e administração de estações telegráficas são tão importantes quanto os aspectos científicos do “desbravamento dos sertões” protagonizado pelas equipes organizadas para a concretização de tais expedições. Estas duas características da Comissão Rondon são indissociáveis. Os cientistas integrantes destas expedições eram freqüentadores dos espaços que se constituíam enquanto zonas de nucleamento de grupos indígenas; o exército e o campo científico estavam diretamente inter-relacionados. A participação de engenheiros-militares (sendo Cândido Rondon um simbólico exemplo), geógrafos-militares e cartógrafos-militares nestas equipes expedicionárias responsáveis pelo assentamento inicial dos locais onde seriam construídas estações telegráficas é bastante relevante para a compreensão da problemática deste estudo. Ver LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. “No rastro do desconhecido”. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, agosto de 2006.

¹⁷ GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1989, pg.151.

¹⁸ Nesta época Cândido Rondon já havia acumulado vinte anos de experiência de atuação militar-indigenista nos sertões de Mato Grosso. A expressão “saber sertanista” busca designar o conhecimento adquirido por grupos ou indivíduos que atuavam em nome do governo em regiões sertanejas.

¹⁹ Ver apêndices da tese citada de Maria Fátima Roberto Machado.

existência daquilo que enuncia (a *auctoritas*, como lembra Beneviste, é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *auctor*). O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, sacrifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conforme à natureza das coisas, “naturais”.²⁰

Entendemos o (re)batismo da área geográfica ocupada pelos grupos indígenas Paresí como um ato de autoridade – provindo do coronel Rondon enquanto representante legítimo do estado nacional – que funciona como instrumento simbólico inicial do processo de conquista militar em curso. Nomear uma imponente cachoeira - local de importância mitológica nos parâmetros culturais Paresí - com uma palavra da língua indígena falada por esta etnia é um recurso estratégico de extrema importância na tentativa de empreender uma identificação dos índios com a nova territorialidade a lhes ser imposta.

Com o objetivo de atraí-los para a convivência conjunta Rondon apropria-se de um termo indígena para efetivar a territorialização governamental do espaço. No entanto, a própria utilização do termo Utiarity nos remete ao fato dos indígenas habitarem aquele território anteriormente à ocupação estatal. Utiarity seria também o nome atribuído a uma estação telegráfica e a um posto indígena que seriam construídos naquela localidade e que passariam a compor o território estatal indigenista a ser criado dentro das terras Paresí.

A antropóloga Maria Fátima Roberto Machado nos oferece também uma descrição dos momentos iniciais de atuação da 2ª Comissão Rondon junto aos indígenas:

Nos relatos rondonianos, os Wáimare e os Kaxíniti [grupos indígenas distintos da mesma etnia, a Paresí] foram ‘descobertos’ por Rondon exatamente no ano de 1907, quando ele dava início à construção das ‘Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas’. As linhas eram parte de um plano militar da nascente república, era uma obra de vulto, grandiosa, de ocupação das fronteiras matogrossenses com a Bolívia e o Paraguai. Idealizada depois da guerra com o Paraguai (1865-1870), foi executada pela Comissão Rondon como uma estratégia militar de consolidação das fronteiras, quando Mato Grosso já participava do mercado internacional da borracha. Como já referi, Rondon chegou no antigo território Paresi em plena efervescência das descobertas e da expansão dos seringais (...). De 1907 a 1915 os contatos foram bastante intensos e daí surgiram os minuciosos registros do seu diário de campo, que apontavam, literalmente, o dia a dia do avançar das linhas, com os grupos locais Paresi encontrados e contatados pelo caminho (...). Em setembro de 1907 (mais precisamente no dia 17) depois de sair de Diamantino, passando a serra e entrando no Chapadão dos Parecis, perto do barracão de seringa (...), Rondon encontrou os Paresi do ‘Wazuliatiá’, um

²⁰ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pg. 114.

grupo Kaxíniti, onde ele conseguiu o seu primeiro guia, para avançar em direção ao norte. ‘Wazuliatiá’ é o nome do rio Cágado; ali na sua cabeceira foi montado o primeiro acampamento da Comissão e, quase um ano depois [1908], foi construída a estação ‘Parecis’ (...) ²¹

Este fragmento da tese de doutorado da autora nos revela dados relevantes para uma melhor compreensão do meu objeto de estudo. Os índios Paresí não constituem um grupo homogêneo: se podemos compreendê-los como pertencentes a um mesmo grupo étnico, não devemos necessariamente nem automaticamente entendê-los como grupos sociais detentores de um interesse em comum. Cada grupo Paresí possuía interesses próprios. Interesses estes que o historiador pode interpretar como políticos e sociais ainda que desta forma não fossem pensados pelos indígenas; ainda que os índios não se expressassem ou pensassem o mundo nestes termos.

Machado nos apresenta nesta passagem apenas dois grupos Paresí distintos, dentre outros que habitavam a região: os Wáimare e os Kaxíniti, que viviam dispersos em diversas aldeias localizadas em pontos diferentes de uma mesma zona geográfica. São grupos sociais que compartilhavam a vivência num mesmo espaço geográfico, que circulavam entre as variadas aldeias da região e que podiam apresentar características culturais semelhantes.

Grupos que conviviam entre si participando de cerimônias rituais e festas coletivas organizadas ocasionalmente de acordo com seus “calendários” – modos diferenciados de viver o tempo e de se utilizar socialmente deste de acordo com seus padrões culturais. Grupos indígenas que podiam ou não ter laços sociais constituídos por relações de matrimônio e parentesco, mas que mantinham cada qual suas “hierarquias” e “lideranças” internas, o que implica dizer que não necessariamente estabeleciam contatos com os agentes da Comissão Telegráfica motivados por interesses semelhantes.

Afirmar aqui que os índios Paresí eram também protagonistas no estabelecimento de contatos, e não meros coadjuvantes-passivos de um contato estabelecido pelos representantes do Estado brasileiro que adentravam suas terras “convidando-os fraternalmente” para a vivência conjunta, é uma maneira de direcionar o olhar para uma compreensão mais verossímil da realidade social daquela situação

²¹ MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresí.** Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994, pgs. 119-120. Machado também nos oferece uma outra versão da origem da palavra “utiarity”: “Pereira também afirma que alguns homens Paresi mais velhos são tidos como feiticeiros e temidos pelos outros. O único capaz de atuar contra a influência dos feiticeiros era o ‘utiarity’ (‘otoharrity’), o bom pagé, sacerdote, o curador das doenças.” pg. 158.

histórica, evitando uma naturalização de Rondon e sua equipe construtora de linhas telegráficas como os principais operadores do processo.

A menção que Machado faz à efervescência das descobertas e expansão dos seringais no estado do Mato Grosso, que naquela conjuntura já participava do mercado internacional da borracha, nos dá a dimensão do contexto histórico da época e nos leva a relacionar o seu texto com o da pesquisadora Denise Portugal Lasmar:

Como [os agentes da Comissão] perceberam a necessidade da instalação de pontos de apoio que servissem como intermediários para resolver os problemas de transporte do material e de alimentação para as tropas, utilizaram, inicialmente, a infra-estrutura montada pela empresa de extração da borracha que se estendia pelas terras Paresí, cujos postos avançados tiveram papel importante, apoiando a expedição com suas tropas de burro, comida e hospedagem.²²

É importante mencionar que a Comissão Telegráfica se utilizara de uma montagem infra-estrutural pré-existente na localidade. Os seringais se espalhavam de forma intensa pelas terras indígenas do noroeste do Mato Grosso na década inicial do século XX. Precedia o contato com os agentes das linhas telegráficas um modo de relacionamento estabelecido entre os grupos indígenas habitantes da região e a sociedade regional não-indígena.

Os índios Paresí já eram experientes no que diz respeito ao estabelecimento de relações com não-índios e em lidar com processos de ocupação/invasão de suas terras por agentes sociais vindos de fora. A população local não-indígena movida principalmente por interesses comerciais, econômicos e políticos empreenderia maneiras de se relacionar com os grupos Paresí da região cooptando-os para o trabalho nos seringais²³.

Cabe atentar a duas questões: 1) os agentes da Comissão Rondon se articulavam aos agentes da empresa extrativa da borracha a fim de se aproveitarem de uma infra-estrutura montada na localidade – ainda que rústica ou precária como é de se imaginar – para servir como postos intermediários de assistência e suporte da equipe telegráfica. Tal articulação de interesses entre a Comissão e os seringueiros – infiro aqui a existência de acordos estabelecidos entre chefes das expedições da Comissão e donos de seringais - nos fornece subterfúgios para pensar o processo de tomada de posse de terras

²² LASMAR, Denise Portugal. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890-1938**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008, pg.24.

²³ “Empreender maneiras de se relacionar” é um eufemismo de minha parte e tal forma de se expressar não deve servir para omitir o provável cenário de violência configurado na região, visto que as relações entre os grupos indígenas e os proprietários de terras/donos de fazendas (seringueiros), os trabalhadores locais não-indígenas (seringalistas), e as autoridades públicas municipais e estaduais, eram em grande parte conflituosas.

habitadas por indígenas através da atuação de distintos agentes sociais que representavam interesses particulares.

O interesse da Comissão residia na construção de unidades administrativas – as estações telegráficas – em pontos estratégicos da região noroeste do Mato Grosso a fim de tornar mais dinâmica a troca de informações entre o governo do Rio de Janeiro e regiões distantes da capital federal, situadas no interior do Brasil; processo empreendido por representantes do Estado.

O interesse da empresa extrativa residia na exploração de um recurso natural – o látex extraído de árvores específicas (as seringueiras), situadas dentro das terras indígenas Paresí - para a fabricação da borracha, produto de alto valor comercial no mercado internacional da época; empreendimento promovido por representantes da sociedade regional. Ainda que movidos por diferentes interesses, tais agentes se assemelhavam no que tange à apropriação de terras para fins estranhos às sociedades indígenas que as habitavam.

2) A constatação da existência de uma infra-estrutura montada no interior das terras Paresí, anterior à atuação da Comissão Telegráfica na região, nos habilita a questionar a idéia de “desbravamento dos sertões”²⁴ vinculada às ações capitaneadas pelo coronel Rondon, o que nos auxilia a visualizar e compreender os seus possíveis usos políticos. Desbravar um espaço geográfico tem o sentido de tirá-lo da condição de “bravo”, “selvagem”, “intocado”; possui também o sentido de descobrir e (re)conhecer o que ninguém (re)conhece. A criação desta imagem simbólica pelos agentes estatais oferece a possibilidade de imputar ao Estado republicano brasileiro o status de “descobridor”; e junto a este vem acoplado o status de “legítimo colonizador”.

Através da atuação local da equipe da Comissão Rondon, que agia em nome do governo do Rio de Janeiro, o Estado adquiria assim o status de “desbravador” do interior do Brasil. Através da ação estatal, o território nacional passava a ser descoberto pela sociedade nacional e revelado para outras regiões do país – principalmente seu centro político-administrativo -, como se aquela região interiorana apenas ganhasse vida, forma e existência a partir da presença do Estado.

Esta consideração acerca da divulgação dos feitos da Comissão e da perspectiva estatal que a informava traduz apenas uma versão bastante limitada dos fatos históricos. Refletir sobre as dinâmicas sociais próprias da região e os processos históricos

²⁴ Sobre as características expedicionárias e desbravadoras da CLTEMGA ver obra citada de Antônio Carlos de Souza Lima.

constitutivos de sua formação, anteriores à intervenção dos agentes republicanos, possibilita compreender a questão sob uma perspectiva cultural e social mais abrangente. Para alargarmos nossa percepção quanto à história, a formação territorial e a configuração dos grupos sociais habitantes da zona noroeste do Mato Grosso, sobre os quais o Estado dizia ter pouco conhecimento, devemos atentar para esta dimensão da construção política de imagens simbólicas²⁵.

Utilizando-se politicamente desta imagem auto-concebida de desbravador de espaços geográficos e realidades sociais desconhecidas pela sociedade como um todo, o Estado se promovia a fim de propagandear com mais eficácia e legitimar perante a sociedade os objetivos a serem alcançados pela Comissão Rondon. O fato é que os grupos indígenas daquela região viviam à margem do Estado republicano e foi a partir da ação da Comissão Telegráfica que começaram a ser estabelecidos mecanismos de relacionamento.

Contudo, viver à margem do Estado não significa viver à margem da sociedade. O fato de o governo federal tê-los ignorado até então como grupos sociais existentes ou como objetos de interesse político não significava que os indígenas não estivessem imersos na sociedade regional e não possuíssem uma história própria. História construída através de ações históricas autônomas na convivência com outros agentes políticos – índios e não-índios – numa dinâmica social própria àquele espaço geográfico.

Na análise desta conjuntura histórica, a idéia de territorialização remete ao processo de transformação de territórios indígenas em território indigenista através do rebatismo de pontos estratégicos do espaço geográfico e da instalação de estações telegráficas na região “dominada” pelos Paresí. Desta maneira, podemos visualizar a região de Utiarity – localizada dentro das terras Paresí - se territorializando a partir da construção da estação telegráfica de Utiarity²⁶, inserindo-se a partir de então, no projeto colonizador e “civilizatório” promovido pelo Estado republicano.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira, refletindo sobre a noção de territorialização, desta maneira a define:

Como argumentei anteriormente, ‘a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa,

²⁵ Sobre a importância da construção de símbolos nas disputas pelo imaginário popular na república ver obra citada de José Murilo de Carvalho.

²⁶ Convém mencionar que a Estação de Utiarity foi a terceira criada dentro dos “domínios” Paresí. A sua criação foi antecedida pela construção da Estação Telegráfica Ponte de Pedra (1908) e da Estação Telegráfica Parecis (1908). Cf. MACHADO, op. cit.

isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais'. Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social (...)²⁷

Mais adiante o autor continua:

A dimensão estratégica para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação é, a meu ver, a territorial. Da perspectiva das organizações estatais (...), administrar é realizar a gestão do território, é dividir a sua população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas, definir limites e demarcar fronteiras. A noção de territorialização (...) é uma intervenção da esfera política que associa (...) um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. (...)²⁸

Atribuir à sociedade indígena Paresí uma base territorial fixa era um dos propósitos da Comissão Rondon ao construir a estação telegráfica de Utiarity. O processo de territorialização em curso se configurava no incentivo e cooptação dos índios Paresí para participarem como trabalhadores na construção das linhas telegráficas e nas atividades que giravam em torno do funcionamento da unidade administrativa.

E não apenas por isso. Caso os índios não estivessem diretamente envolvidos no processo, o esforço de reordenação espacial e cultural empreendido pelos agentes militares, ainda assim, atingiria a área habitada por eles. O ato de territorializar deve aqui ser compreendido como um domínio colonizador.

Ainda que inicialmente a unidade geográfica que abrangia a estação telegráfica fosse de pequenas proporções e os índios que contribuíam para o desenvolvimento da região continuassem a morar em suas aldeias, ao longo dos anos a aproximação de grupos Paresí com o território indigenista em formação foi se tornando cada vez maior. Era objetivo político da equipe local da Comissão Rondon atrair os indígenas a fim de viabilizar a criação de vínculos dos nativos com a nova territorialidade imposta à região, ainda que não fosse prioridade absoluta sedentarizá-los no entorno.

O fato dos índios Paresí, que começavam a trabalhar nos serviços de Utiarity, aos poucos constituírem moradias junto com suas famílias em terrenos próximos da estação – produto da nova dinâmica territorial deflagrada a partir da instalação da unidade administrativa telegráfica – caracteriza um processo de reconfiguração sócio-cultural.

²⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** Mana. Estudos de Antropologia Social, 4(1). Rio de Janeiro, 1998, pgs.54-55.

²⁸ Idem, pgs.55-56.

De qualquer forma, os Paresí atribuíam significados próprios à parceria/aliança que começavam a constituir com os agentes sociais externos, representantes de uma “entidade” designada como o “Governo do Rio de Janeiro”. Ao consentir – que seja ressaltada aqui a dimensão das negociações e acordos firmados entre lideranças indígenas locais e chefes da Comissão Rondon - e contribuir para a passagem das linhas telegráficas pela região que habitavam, os Paresí eram regidos por interesses próprios.

Ao se deixarem atrair e aproximar daquela nova unidade territorial em construção – o Espaço Utiarity²⁹ – os índios locais acabariam por se inserir – e simultaneamente ser inseridos - num processo cotidiano dinâmico e histórico de reorganização social.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (17ª reimpressão, 2007).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979 (25ª edição, 2008).

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1989.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LASMAR, Denise Portugal. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890- 1938**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíiti, grupos Paresí**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994.

²⁹ Por Espaço Utiarity estou designando a nova territorialidade administrativa imposta através da instalação da estação telegráfica e da construção de casas para a moradia dos agentes da Comissão Rondon. Busco com isto enfatizar que a totalidade maior do espaço geográfico, onde estava inserida a estação telegráfica de Utiarity, já era povoada pelos índios Paresí anteriormente à presença dos agentes estatais na região.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** **Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** Mana. Estudos de Antropologia Social, 4(1). Rio de Janeiro, 1998.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Relatório. 1º volume. Estudos e Reconhecimentos.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d.